

## As limitações da perspectiva êmica

Mario Jorge da Motta Bastos\*

Caio Rodrigues Schechner\*\*

Caio de Amorim Féo\*\*\*



A presente entrevista é uma transcrição adaptada dos episódios #13 e #13.1 – idealizados e conduzidos por Caio Schechner (CS) e com a participação de Caio Féo (CF) – do podcast *Translatio Cast*, projeto do laboratório *Translatio Studii*: Grupo de Pesquisa Dimensões do Medievo, sediado na Universidade Federal Fluminense. Os episódios consistem em uma entrevista com o Dr. Mário Jorge da Motta Bastos (MJMB), professor titular da Universidade Federal Fluminense há mais de 30 anos. Ela trata das perspectivas êmica e ética de abordagem do passado, concedendo especial atenção às limitações da primeira, tema sobre o qual o autor vem se posicionando criticamente desde o seu livro *Assim na Terra como no Céu...: Paganismo, Cristianismo, Senhores e Camponeses na Alta Idade Média* (São Paulo: EDUSP, 2013).

No entender dos envolvidos, a divulgação em formato escrito justifica-se por duas principais razões. A primeira é por entender que tal tema, hoje, representa uma das principais questões, tanto no âmbito acadêmico quanto político, relativas ao estudo da História; daí a importância desta intervenção e sua difusão nos mais variados espaços. A segunda é que, pela complexidade dos temas abordados, considerou-se desejável a publicação do conteúdo em um formato que viabilizasse o seu estudo mais minucioso, no ritmo que aprouver aos interessados.

**Caio Schechner:** Há alguns anos, em várias oportunidades, você tem alertado sobre as limitações da adoção exclusiva, pelos medievalistas, da chamada perspectiva êmica. Como introdução à nossa entrevista, gostaria que você nos explicasse no que consiste essa perspectiva, e qual relação ela vem estabelecendo com os estudos medievais nos últimos tempos.

---

\* Professor Associado da Universidade Federal Fluminense, onde atua nos cursos de graduação e pós-graduação em História. Autor de vários artigos e livros, é pesquisador do *Translatio Studii* e coordenador do Centro Ciro Cardoso de Pesquisa do Pré-Capitalismo (CCCP-Prék). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

\*\* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH-UFF. Bolsista CAPES e membro dos laboratórios *Scriptorium*: Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos e *Translatio Studii* - Núcleo Dimensões do Medievo (História, Língua e Filosofia) da Universidade Federal Fluminense. E-mail para contato: caio.schechner@gmail.com

\*\*\* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH-UFF. Bolsista CAPES e membro do laboratório *Translatio Studii* - Núcleo Dimensões do Medievo (História, Língua e Filosofia) da Universidade Federal Fluminense. E-mail para contato: caiofeo@id.uff.br

**Mário Jorge da Motta Bastos:** Não é comum, entre os historiadores, que eles assumam, nas obras que produzem, as perspectivas teóricas mais gerais e específicas que orientam as suas abordagens. Em geral, falam muito pouco de teoria, inclusive da teoria que embasa seus próprios trabalhos. Os historiadores, e os medievalistas entre eles, também não são dados a expressar, de forma clara, perspectivas ainda mais circunscritas que orientam as suas análises, sequer a nomeá-las. Não me lembro de nenhum historiador que, ao iniciar a abordagem de algum tema em História Medieval, explicita minimamente sob que perspectiva a aborda: se “por dentro”, o que seria uma forma mais simples de se referir à perspectiva êmica – ou seja, se a sua abordagem do tema em questão vai se dar a partir dos parâmetros, dos referenciais internos que orientam a própria sociedade que vai estudar, tais como suas proposições, expressões, conceitos, concepções intrínsecas àquela sociedade –, ou se o historiador controlará as intervenções que produz sobre as referências, introduzindo as suas próprias – o que definiria uma perspectiva ética. Essa é uma questão fundamental, e que se não é explicitada pelos medievalistas, não implica que eles não atuem a partir de tais referências.

Eu lembraria aqui de um caso bastante significativo, pela importância que tem o exemplo em questão. Suponho que vocês tiveram, em algum momento de sua trajetória como medievalistas, contato com o livro *Idade Média: nascimento do Ocidente* (São Paulo: Brasiliense, 1986), de Hilário Franco Jr. No início da obra, o professor faz um balanço muito recorrente entre os medievalistas que produzem livros introdutórios a esse período, que é chamar a atenção dos leitores, que se imagina serem iniciantes no estudo do campo, para a enorme carga de preconceito que pesa em relação à História Medieval. Refiro-me às referências clássicas de uma visão extremamente negativa da Idade Média elaborada por humanistas e sobretudo renascentistas, e o preconceito de juízo inverso, devido especialmente aos românticos, que ao contrário valorizaram positivamente o período em questão, mas igualmente atribuindo a ele uma série de inconformidades. O balanço que o professor Hilário faz é que as deformações produzidas acerca da Idade Média decorreram, em ambos os casos, do fato de que presentes diversos se apropriaram da Idade Média visando a justificar a si próprios. Isso parece indicar que, toda vez que o presente se projeta sobre qualquer passado histórico a partir de suas próprias perspectivas e referenciais, essa projeção está fadada a produzir deformação. De forma que, na sequência da obra, propõe-se que a superação desse quadro negativo de deformações teria sido enfim alcançada por uma História profissional, que no que se refere especialmente à Idade Média, passou a enxergá-la com os “olhos dela própria”. Aí parece que se expressa o antídoto fundamental: impedir que presentes diversos, aquele do próprio historiador, orientassem a abordagem do passado, para que ele fosse fundamentalmente estudado a partir de suas próprias concepções.

Ora, há aí, sem que em nenhum momento se encontre qualquer referência às perspectivas êmica ou ética, uma clara defesa da primeira, que é inclusive muito cara à historiografia francesa, especialmente a terceira geração dos Annales. Essa posição tem em Alain Guerreau um grande defensor, a partir da sua perspectiva de que teria ocorrido uma ruptura societária que se produziu no século XVIII, e as sociedades humanas posteriores a tal momento seriam baseadas em perspectivas radicalmente distintas daquelas anteriores, e, portanto, inclusive da sociedade medieval. Assim, qualquer projeção que se faça para o estudo dessas sociedades referenciadas por conceitos e dinâmicas posteriores estará fadado menos a elucidar o passado do que confundi-lo, deformá-lo. Essa perspectiva é muito vigorosa quando, por exemplo, ele questiona o emprego de expressões para a abordagem da sociedade medieval que sejam estranhas aos usos feitos na própria Idade Média.

Acho que vale a pena insistir que é uma predominância que me parece vigente, mas que assume muito pouco essas perspectivas, não esclarecendo aos leitores a sua existência. Seria muito positivo se o fizessem, porque assim o leitor teria clareza, à partida, de que há um parâmetro fundamental orientando a análise da sociedade medieval. Ou seja, se a obra em questão aborda a partir de (e limitada aos) seus referenciais e formas internas de compreensão, que expressaria a perspectiva êmica, ou se o historiador mobiliza instrumentos, conceitos, metodologias, referenciais teóricos estranhos ao contexto em questão, para submeter essa sociedade à sua análise e interpretação.

**Caio Féo:** Mário, particularmente quando busco realizar leituras sobre a perspectiva êmica, sempre me parece uma questão de incompreensão da área da História acerca do que nós de fato produzimos. Ao longo do século XX, o pós-modernismo talvez tenha sido uma das correntes mais batalhadoras em relação à questão da objetividade da História, ou mesmo ao seu caráter de ciência. Na sua visão, qual seria o principal perigo de tomar partido da perspectiva êmica – ainda que não declarada explicitamente numa produção historiográfica – e, nesse âmbito, qual seria a importância da relação objetividade e subjetividade? Pois me parece que a recusa da perspectiva ética deriva do historiador se enxergar em uma posição que não condiz com o seu objeto de estudo, de forma que seria necessário suprimir essa posição do presente em prol de um passado cada vez mais objetivo. Algo que já parece ter sido tentado pelo historicismo, mas que aparentemente não rendeu frutos positivos, ou pelo menos bastante contestáveis. Como você vê esse tipo de relação, considerando as perspectivas êmica e ética?

**M.J.M.B.:** É necessário ter clareza de que aquilo que genericamente referenciamos aqui por perspectiva êmica, é uma realidade que efetivamente se impõe ao historiador e com a qual ele tem que se relacionar. Penso que o que encontramos nas fontes primárias, de natureza diversa, com que trabalhamos, é a perspectiva êmica. Pois toda fonte primária é um registro, mais ou menos limitado e circunscrito, produzido no âmbito da sociedade que o historiador pretende estudar. A questão não é negar a sua existência ou importância, pois fundamentalmente dela depende o trabalho do historiador.

Se a perspectiva êmica é a perspectiva de partida com a qual trabalham os historiadores, porque as suas fontes primárias são expressões êmicas, a questão passa a ser a seguinte: é razoável supor que ao historiador compete essencialmente reestabelecer no presente lógicas, dinâmicas e perspectivas de mundo que referenciaram sociedades do passado? Se o for, sua função implicará em fundamentalmente trazer e revelar no presente as concepções êmicas que o historiador localiza nos documentos com os quais trabalha. Talvez o limite maior, a meu ver, da concepção êmica, é que a prática historiográfica passa a estar fundamentalmente orientada, de forma clara ou não, pela reprodução, no presente, de concepções do passado associadas aos mecanismos de dominação e exploração. Se as fontes a que me referi são historicamente produzidas especialmente por setores das classes dominantes das muitas sociedades que jazem no tempo, a perspectiva êmica potencialmente estará fadada a trabalhar a partir de visões de mundo promovidas no âmbito das elites do passado, o que pode potencialmente transformar o historiador, pela impossibilidade de uma abordagem crítica dessas manifestações, em um profissional que se dedica a reproduzir, no presente, as visões de mundo desses grupos.

Na perspectiva êmica, o critério da reflexão crítica do historiador fica bastante circunscrito a elementos de natureza técnica. Qualquer crítica que se pretenda fazer a uma visão de mundo recuperada do passado a partir de suas referências depende de um contraponto que lhe seja feito, que pode ter sido produzido inclusive naquela própria sociedade, mas que dependerá fundamentalmente da intervenção interpretativa do historiador. A abordagem êmica, que parece mais ajustada porque mais primariamente informada pelas concepções de mundo do passado, ignora que estas são concepções submetidas a determinações de tipo muito diverso. Estão muito longe de ser aquilo que se pretende ao dizer que são visões que a sociedade produz acerca dela mesma. Elas têm um enquadramento social específico, posições que muitas vezes decorrem das distinções de classe, gênero, faixa etária, no interior da sociedade em questão. A abordagem de uma sociedade a partir de seus próprios esquemas de interpretação do mundo, palavras e expressões, parece-me, na verdade, muito oposto a qualquer objetividade. Nesse caso, seriam as subjetividades do passado em questão a predominar na análise do historiador. Quando o historiador consegue

estabelecer, a partir de um trato dos registros documentais, as perspectivas êmicas que aquela sociedade produziu, ele apenas se preparou para começar a fazer História. Antes de repousar tranquilo por ter cumprido a sua função, ele deve considerar que apenas se preparou para começar a realizá-la de fato. Não me parece que seja um bom caminho para o historiador evitar o exercício da sua função atribuindo aos entes do passado uma capacidade superior de expressar a sociedade em que viviam. Essa tarefa é do historiador.

**C.S:** Mário, você coloca uma questão muito importante, que é a não rejeição absoluta da perspectiva êmica, uma vez que ela é o nosso primeiro contato com as sociedades que vamos estudar. O que você defende é a limitação dessa perspectiva se mobilizada como um fim em si mesmo, e não um meio, isto é, como uma etapa indispensável à análise do historiador, ainda que apenas o seu começo. Gostaria de perguntar como você pensa na possibilidade de ultrapassar essa perspectiva. Como seria possível operar uma passagem a uma abordagem mais analítica, mais explicativa, ou mais ética, se preferirmos? Em outras oportunidades, você considerou que uma das maneiras mais potentes de fazer isso seria através do instrumental teórico do marxismo. Peço que você explique como seria viável fazer isso nessa perspectiva, se possível mobilizando os conceitos de essência e aparência.

**M.J.M.B:** Na minha avaliação, o historiador deve sempre operar na articulação entre os registros êmicos e a perspectiva ética que deriva de sua intervenção. Talvez fosse mais adequado considerar que a via de interpretação em História envolva uma perspectiva dialética, que é aquela que opera pela articulação constante entre o referencial êmico e sua crítica ética. No campo do marxismo, que é com o qual eu me identifico na minha prática historiográfica, há um paralelismo evidente com aquilo que diz respeito ao fenômeno da essência e da aparência. A frase é clássica e certamente todos conhecem: “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas”. Ou seja, se os humanos fossem capazes, por intermédio dos seus sentidos, de apreender a realidade última dos fenômenos da natureza com os quais se relacionam, todo conhecimento científico e sistemático seria supérfluo. Bastaria que os humanos permitissem que a realidade tocasse seus sentidos para que fôssemos capazes de apreender imediatamente a realidade. Sabemos que não é assim. A realidade se manifesta em aparência, que se relaciona com uma dimensão mais profunda dos fenômenos, que é a essência que os constitui. Trabalharíamos aí os fenômenos em duas dimensões constitutivas: a aparência, que imediatamente se revela e é apreensível pelos sentidos, e a essência, que os constitui efetivamente.

É preciso ter cuidado para não pretendermos que a aparência seja uma falsificação do fenômeno, necessariamente falsa em relação à essência. A questão não é de falsidade. A aparência é uma manifestação efetiva do real, expressa a partir da sua própria essência. É como se os fenômenos se manifestassem em camadas sucessivas de aparência, e o processo de conhecimento envolve o movimento que permita ao analista perfurar essas camadas sobrepostas de aparência, para apreender a sua essência constitutiva fundamental, que constituiria, nessa metáfora, o seu núcleo. Trata-se do famoso “método da cebola”, associado à perspectiva marxiana. Esse núcleo é tão fundamental que é capaz, inclusive, de explicar as aparências possíveis que um dado fenômeno pode assumir em certo contexto para aqueles que com ele se relacionam. A aparência não explica a essência, mas a revela. É a superação progressiva das formas aparentes que permite a percepção da essência.

Se fizermos um paralelismo com as questões êmica e ética, as fontes nos revelam a aparência que os fenômenos tomaram para aqueles que os viveram no contexto específico em que foram vivenciados e referenciados. O caminho fundamental para chegar à essência, cuja aparência as fontes revelam, é a crítica sistemática da aparência manifesta nos registros documentais. A questão fundamental talvez seja, em face de qualquer registro histórico, entender por que o fenômeno chega a assumir tal aparência ao ente coletivo que produziu o registro em questão.

Uma tal perspectiva está intimamente associada àquilo que concebemos que seja a função da História. A meu juízo, ela é primordialmente o esclarecimento do presente. Por mais remota que seja uma sociedade que o historiador pode estudar, sua apreensão interessa fundamentalmente ao presente. Não estudo a sociedade medieval para explicar aos medievais como era a sociedade em que eles viviam, até porque isso seria uma impossibilidade. Mas sim para entender o que ela tem de específico, e também de essencialmente idêntico à sociedade contemporânea em que eu mesmo me inscrevo. Costumo dizer que um outro nome para o historiador é “perspectivador do presente”. É isso que nos cabe: dar dimensão histórica a problemas, questões e demandas que são colocadas por nosso próprio tempo. Toda História é, pratique-se ou não dessa forma, um conhecimento de natureza comparativa. Qualquer especificidade só se estabelece em função da diversidade. Eu só entendo o que é específico em nossa contemporaneidade se sou capaz de contrapor as particularidades de um fenômeno no presente à diversidade das manifestações históricas desse mesmo fenômeno. Essa é a competência fundamental do historiador: dispor no tempo os fenômenos que afligem o presente. Ou vocês têm dúvida que, por exemplo, o campo da história das epidemias vai conhecer novamente um vertiginoso crescimento nos próximos anos?

**C.F:** Até que ponto trabalhamos com documentações específicas que possam contribuir para o esclarecimento maior ou menor da aparência e da essência? Existem fontes capazes de trazer uma dinâmica mais clara, ou talvez mais complexa a respeito desse assunto? Por vezes, essa perspectivaêmica parece muito voltada aos termos que aparecem nas documentações, e sua ausência supostamente traria, automaticamente, a conclusão de que o fenômeno que estamos buscando não existiu, ou não aconteceu conforme previamente se pensava. Isso acaba sendo uma frustração pela qual todo historiador passa: você tem uma pergunta, debruça-se sobre a documentação e não encontra aquilo de maneira mais explícita, ou no nível de detalhamento que gostaríamos. Isso envolve a relação presente-passado, e a nossa intenção de compreender, antes de tudo, o próprio presente. Comecei a recordar algumas temáticas que vêm ganhando destaque, como raça, violência, corrupção, arte, e tradicionalmente até investigações sobre o que seria o Estado. Porém, muitas vezes não encontramos esses termos nas documentações que trabalhamos.

Há uma possibilidade de se investigar essas temáticas e o que esses termos representam de maneira tão significativa pra nós, mobilizando documentos que não necessariamente fazem referência a esses termos?

**M.J.M.B:** Lembro de uma referência de Georges Duby, no livro de entrevistas concedida ao filósofo francês Guy Lardreau, *Diálogos Sobre a Nova História* (Lisboa: Dom Quixote, 1989), onde ele usa a ideia de fontes mais ou menos encharcadas de ideologia. O juízo que faz não é de hierarquizar fontes em relação à autoridade, ou qualidade maior ou menor. De fato, não me parece que seja um bom encaminhamento. Porém, no estudo de temas mais circunscritos, penso que é correto entender que haja fontes mais ou menos ricas, detalhistas, e portanto interessantes, não em si mesmas, mas em função de um fenômeno específico que o historiador pretende estudar. Parece-me adequado conceber que haja também, nos registros históricos, expressões maiores ou menores do que poderíamos considerar pela perspectiva da objetividade e da subjetividade. Por exemplo: um inventário do patrimônio fundiário do período carolíngio é um registro mais objetivo do que a biografia de Carlos Magno, de Eginardo? Ora, é razoável partir do princípio de que há fontes em que o fenômeno ideológico é mais concentrado do que outras, que pretendem ser, em princípio, registros mais precisos. Mas eu não creio que haja fontes mais próximas da essência de uma sociedade, e, portanto, mais ricas em essência do que em aparência. Trabalhar na dialética entre esses polos significa que a essência é revelada pela intervenção do historiador. É ele que fundamentalmente faz revelar a dinâmica fundamental de articulação de uma dada sociedade a partir de seu esforço interpretativo.

Para fazê-lo, podemos partir da perspectiva de que há certas condições mais favoráveis, por exemplo o trabalho com uma base documental mais ampla, atingindo, pela diversidade das fontes, uma apreensão mais global do objeto. Do trato com essa diversidade, o historiador pode fazer a crítica sistemática das formas da aparência para compreender a dinâmica fundamental de articulação da sociedade. Penso que seria improvável conseguir fazê-lo a partir de registros documentais muito limitados. No campo da História Medieval no Brasil, ainda é muito frequente que pesquisas de mestrado e doutorado se definam por fonte, e não por tema. As pesquisas em questão têm por objeto uma fonte individual, ou uma tipologia documental.

Toda e qualquer fonte é rica em termos de registros que produz. Porém, a imensa maioria tem uma inscrição, em geral, bastante circunscrita. É difícil imaginar que a crítica de registros tão limitadamente enquadrados na realidade na qual foram produzidos seja capaz de propiciar a compreensão do processo mais complexo que fundamenta a sociedade abordada. Mas, se proponho que o ofício opere na base da dialética entre o registro êmico e a intervenção ética do historiador, fica subentendido que todo o referencial teórico, conceitual, a metodologia, sejam estranhos ao contexto que o historiador estuda. Eles são resultado do aperfeiçoamento teórico de nossa disciplina, que é muito recente. Essa palavra unívoca na nossa língua – História –, possui duas acepções: de um lado, o resultado da vivência de homens e mulheres no tempo, de outro, o conhecimento produzido sobre essa vivência histórica. Ainda que a meu juízo o segundo sentido tenha o primeiro por referência fundamental, é preciso destacar que esses dois não se confundem completamente. O objetivo da história-conhecimento deve ser apreender, de forma mais plena possível, a história-vivida. Mas elas não são o mesmo. Não há como pretender ainda sustentar proposições, no mínimo românticas, de uma reconstrução do passado tal como ele foi. A História é uma construção. E essa construção envolve um profissional lidando com ferramentas que foram desenvolvidas e seguem se desenvolvendo. E que vão ser obrigatoriamente estranhas ao contexto de qualquer sociedade que anteceda, no tempo, a profissionalização da nossa disciplina.

Ora, isso implica, necessariamente, reduzir toda realidade do passado à dinâmica do presente, por usar seus referenciais, conceitos, metodologia, base teórica? Evidentemente que não. Porque, quando partimos para o estudo dessas sociedades com o arsenal derivado do desenvolvimento de nossa disciplina, trata-se de verificar a aplicabilidade, a adequação dos fenômenos aos instrumentais que o historiador mobiliza. O anacronismo não está nesse movimento. É equivocado partir da premissa de que, por exemplo, um estudo de gênero que não está dedicado à sociedade contemporânea seja anacrônico. O que compete ao historiador é avaliar a validade histórica do conceito, sua aplicabilidade. E o fato de que não se aplica, se for o caso, é revelador. Revelador daquilo que é o objetivo maior da História: a compreensão do presente.



Sempre que o historiador encontra sociedades outras dispostas no tempo em que as dinâmicas do presente não operam, o passado está cumprindo a sua função fundamental: ajudando a revelar uma especificidade do presente.

Portanto, não ocorre, necessariamente, deformação. A História é um conhecimento que opera por tradução. Tradução de realidades diversas em benefício do presente, visando ao esclarecimento de suas especificidades. A consequência da radicalização dessa perspectiva, de que qualquer iniciativa que se projete do presente sobre o passado produz anacronismo, é que a história humana perde qualquer dimensão de concatenação. Os humanos parecem reinventar a história a cada momento. Os nexos históricos se perdem. Se você parte da premissa de que quaisquer referenciais e conceitos da nossa contemporaneidade são primariamente equívocos quando empregados em qualquer outra sociedade, o presente se torna incompreensível, pois deixa de ter qualquer parâmetro de comparação. Esse suposto rigor antianacrônico faz com que o presente perca qualquer possibilidade de explicação. Como chegamos aqui, se o presente é primariamente tomado como uma realidade específica e irreduzível a qualquer movimento de comparação histórica? O problema aí não é a perda da capacidade de entender o passado, mas de entender o presente, o que é muito mais grave. O anacronismo está numa perspectiva apriorística que projete no passado dinâmicas que são especificidades do presente. Mas a especificidade do presente depende de que o passado seja investigado a partir de referenciais comparativos, e não do oposto. Do contrário, as potenciais especificidades do presente passam a ser apriorísticas, um suposto, pois não são conferidas a partir da análise histórica.

A referência não é necessariamente marxista. Marc Bloch, por exemplo, defendia rigorosamente que toda história é feita a partir do presente, em seu benefício. O marxismo opera segundo a famosa frase “a anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco”. Trata-se de uma metáfora que propõe a dinâmica de que a nossa contemporaneidade é fundamental para a nossa capacidade de compreender o passado. Na sociedade capitalista, certas realidades e fenômenos assumiram uma forma histórica cuja plenitude permite entender, inclusive, manifestações circunscritas suas no passado. Um exemplo clássico é a moeda: ela assume no capitalismo uma dimensão tal que a plenitude dessa forma permite entender as expressões da moeda em sociedades do passado, e as funções comparativamente limitadas que ela assumiu em cada contexto. Portanto, é o nosso trato com certos fenômenos expressos em níveis de complexidade superiores à de manifestações históricas pretéritas, que nos ajuda a entendê-las. A forma da moeda no mundo antigo não permite entender a plenitude da moeda no mundo contemporâneo, mas o contrário, sim. O presente ilumina o passado. Portanto, a meu juízo, são inadmissíveis as perspectivas que estou aqui criticando. Trata-se, entre outras coisas, de privar o

historiador daquilo que é a essência de seu ofício. É competente, funcional, uma História que pretenda tão somente revelar no presente dinâmicas passadas, sem submetê-las a nenhum crivo analítico, interpretativo, crítico? Os historiadores precisam assumir que fazem História de uma certa forma não porque não haja outra, mas porque a partir de algum momento assumiram, explícita ou implicitamente para si, que a sua parece ser a forma mais adequada. Mas não se trata, jamais, do resultado de uma inevitabilidade.

**C.S:** Para finalizar nossa conversa, gostaria que você fizesse uma avaliação de quais são as possibilidades da reversão dessa hegemonia da perspectiva êmica, e quais estratégias poderíamos empregar para atingir esse objetivo.

**M.J.M.B:** O meu esforço tem sido, em todos os espaços em que tenho a oportunidade de fazê-lo – na própria UFF, na graduação e na Pós, nos congressos de que participo, em minicursos de teoria da história – o de promover uma tomada de consciência. Minha intenção não é subverter a concepção de História de ninguém ali presente. O que eu tenho insistido muito com os alunos é que, como eu disse, a História é hoje feita de maneiras muito diversas, e, portanto, ninguém pode naturalizar a forma como a faz. A minha proposição, portanto, é a de conscientização. Insisto em que cada um reflita sobre como concebe a História, e sobre a maneira como a pratica, e também quais são as implicações que cada perspectiva confere à pesquisa que se vai desenvolver.

A proposição de um predomínio da perspectiva êmica, se de fato é ela que se impõe, passa pelo reconhecimento de que ela opera a partir de certas premissas e proposições que são passíveis de debate e que não estão primariamente autorizadas. Tampouco são o antídoto que se supõe à deformação que ocorre da projeção do presente sobre o passado. Há muita deformação intrínseca à perspectiva êmica. Participo de um grupo em que recentemente lemos o manual *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*, de Jérôme Baschet (São Paulo: Globo, 2013), em que a perspectiva do autor, como discípulo da 3ª geração dos Annales, é primariamente êmica. O livro serve, inclusive, de exemplo para muito do que foi discutido aqui. É uma perspectiva êmica que o autor não nomeia, não assume com plenitude de clareza, mas que o informa. E que é frequentemente quebrada no decurso da obra, porque há momentos que, depois de realizar um inventário considerável de uma concepção expressa pela sociedade que analisa, ele é obrigado a fazer diversos ajustes, acusando a limitação social da perspectiva em questão. Não é incomum que a perspectiva êmica não claramente assumida tenha que frequentemente avançar para além do seu referencial fundamental para se criticar, porque parece, em certos momentos, muito evidente, por exemplo no manual em questão, que o que vai sendo caracterizado como concepção da sociedade

medieval poderia ter tido uma manifestação histórica, de fato, muito circunscrita e limitada. Superar a perspectiva êmica, se ela for de fato predominante, só pode se realizar se cada um dos que produzem História Medieval tomarem consciência da existência dessa perspectiva, considerarem os seus limites, e conceberem que fazer História é mais do que reproduzir no presente as concepções de mundo que jazem no passado. Convém submetê-las à crítica, inclusive explicando por que estas concepções puderam ser tão vigorosas nas sociedades em que foram produzidas, quais funções cumpriam no que diz respeito à manutenção do *status quo*, da atenuação de tensões e contradições sociais.

Se juntarmos aqui alguns medievalistas, tenho certeza de que, para alguns, a melhor caracterização da sociedade medieval é a de uma “sociedade de ordens”, essencialmente articulada em torno da reciprocidade estabelecida entre as três ordens fundamentais, a dos *oratores*, *bellatores* e *laboratores*: aqueles que oram, aqueles que guerreiam e aqueles que trabalham. Proposição essa que torna, por extensão, inadequada qualquer perspectiva de conceber a sociedade medieval como uma sociedade com classes. A questão é: se você se propõe a estudar conflitos e contradições, a concepção da “sociedade de ordens” não vai te ajudar muito, pois ela é forjada no âmbito daquela sociedade justamente para negar o conflito e a contradição. Ela tem uma função apaziguadora no interior daquela sociedade. Foi operativa? Sim, em grande parte foi. Os camponeses, por exemplo, não lutaram o tempo inteiro, mas quando lutaram, rompiam com ela. Portanto, superar a perspectiva êmica, se for interessante como julgo que seja, implica superar também uma concepção de História, uma forma de fazê-la, o que não é nada simples. Não tenho certeza do quanto cada um de nós tem controle sobre a formação que tem, e, portanto, sobre a concepção de História que chegamos a esposar. Meu esforço é bem básico: chamar atenção para a diversidade, propor a cada um que identifique como faz História e que reconheça as possibilidades e limites da sua forma.

Recebido em: 16.03.2023

Aprovado em: 29.08.2023